

Programa de cirurgias quer esvaziar fila do SUS

Diante do alívio sobre a rede hospitalar após a queda nos casos de covid-19, o governador Mauro Mendes (DEM) lançou o programa MT Mais Cirurgias, que busca desafogar a fila de espera por procedimentos de média e alta complexidade no Sistema Único de Saúde (SUS). Com investimento de R\$ 105 milhões, frutos de recursos próprios, o governo espera realizar 138 mil procedimentos médicos de média e alta complexidade em todos os municípios

PÁG. 5

Francisco Alves/Secom-MT



Justiça nega pedido de Abílio contra Emanuel

Uma ação impetrada pela coligação “Cuiabá para Pessoas”, encabeçada pelo candidato à prefeitura da capital em 2020, Abílio (Podemos), que pedia a cassação do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB), foi negada no último dia 09 de julho pela juíza Tatiane Colombo, da 39ª Zona Eleitoral. A magistrada não encontrou tais irregularidades apontadas por Abílio e ainda citou argumentos frágeis do candidato derrotado

PÁG. 3

Artesanato vira única renda das mães

Os trabalhos manuais como crochê, tricô e artesanato com feltro voltaram a ser fontes de renda para os lares brasileiros durante a pandemia. A habilidade, que costumava ser vista como passatempo, tem gerado renda neste período de crise econômica e taxa de desemprego acima de 14%. A conversão de um hábito em ocupação ocorre, especialmente, nos lares de mães que precisaram abrir mão das carreiras para cuidar dos filhos durante o isolamento social ou foram demitidas

PÁG. 8

Dênio Simões/Agência Brasília



Justiça suspende processos de PCHs

O Ministério Público do Estado (MPMT) conseguiu liminar na Justiça que determina a suspensão imediata da análise e aprovação de processos de licenciamento ambiental e da emissão de outorgas para operação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em toda a bacia do Rio Cuiabá. A medida deverá se estender até que seja feito estudo técnico detalhado da Agência Nacional de Águas (ANA) sobre o assunto

PÁG. 5

Márcia surge forte na disputa

A primeira-dama de Cuiabá, Márcia Pinheiro, vem ganhando destaque no cenário político e tem sido cortejada por vários partidos para disputar o pleito eleitoral em 2022. Com o crescimento do seu nome, Márcia já estuda a possibilidade de se filiar a uma sigla para disputar uma cadeira no Legislativo. Reconhecido pelo governo federal e pela Organização das Nações Unidas, o trabalho de Márcia tem chamado atenção de partidos que buscam nomes fortes de mulheres para disputar as eleições de 2022, quando a formação de ‘chapas puras’ será uma obrigação

PÁG. 4



Mercado de orgânicos cresce 10%

Chico Valdiner



Na feirinha do bairro, nas gôndolas dos supermercados ou até mesmo nos aplicativos de delivery, o consumo de alimentos orgânicos é um comportamento que veio para ficar. Com mais tempo em casa, as pessoas acabam cozinhando mais e cuidando melhor da alimentação. O resultado é que, de acordo com dados do Ministério da Agricultura, o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos cresceu quase 10%, de 2020 para cá. O Brasil possui mais de 25,4 mil produtores de alimentos sem aditivos químicos registrados, somente até maio de 2021.

PÁG. 7

EDITORIAL

Vidas secas

Não é apenas o fornecimento de energia elétrica que está ameaçado pela grave crise hídrica que o Brasil enfrenta. O carro-chefe da economia mato-grossense, o agronegócio, também passa por apuros diante das incertezas climáticas deste ano, com um forte impacto sobre a safra de milho e de algodão. A estimativa inicial da safra de milho, incluindo as três etapas, era de 106,41 milhões de toneladas. Agora, já se calcula que a produção irá cair para 96,39

milhões de toneladas, uma redução de 9,4% até agora. Isso significa uma queda de 6% frente ao resultado da safra anterior, de 2019/20.

Os estoques de milho também estão em franca queda, o que acaba por dificultar também a indústria de proteína animal, altamente dependente do cereal, principal insumo da ração. Em meio à escassez de milho no mercado interno, essencial para a alimentação animal e humana, o governo chegou a isentar a

importação do cereal de fora do Mercosul e ainda liberou a entrada de um transgênico novo. Essas manobras atendem à demanda da indústria de alimentos, mas não devem ser suficientes para suprir a necessidade. Afinal, o cereal encontra-se altamente valorizado no mercado mundial e sua importação tende a aumentar os custos dos produtores com alimentação dos animais e pode levar a uma nova alta nos preços das carnes.

Apesar da chuva insuficiente, a safra deste ano deve registrar um novo recorde, comprovando, mais uma vez, a eficiência da

agricultura brasileiro. Com alto nível de produtividade, os produtores brasileiros conseguem fazer cada vez usando menos. A produção total de grãos no Brasil deve ficar em 262,13 milhões de toneladas, cerca de 5,1 milhões de toneladas a mais do que a produção registrada em 2019/2020. Os resultados mais favoráveis vêm da safra de soja, que já terminou com perspectiva de alta de 8,8% frente ao resultado da safra anterior.

Mesmo com bons resultados, é imprescindível que aprendamos com os erros que nos trouxeram a mais essa crise hídrica, uma na



seqüência de várias outras, mas que já é considerada a pior em mais de nove décadas. A situação atual mostra claramente o preço que o descaso com a preservação ambiental irá nos cobrar nos anos vindouros, com um alto impacto na economia nacional em todos os setores.

Agro: ciclo longo ou bolha?

Vivaldo Lopes (*)

A partir de 2010, a agropecuária de Mato Grosso vive a sua melhor década de todos os tempos. O setor passou por dois grandes sustos. O primeiro foi em 2005 quando passou por grave crise financeira originada na baixa liquidez dos produtores, elevado endividamento bancário, queda de preços agrícolas e demanda reprimida. O segundo susto veio com a crise financeira americana de 2008, que se transformou em crise mundial. O agro sofreu, como todos os demais setores produtivos, com a drástica redução da oferta de crédito, consequente paralisação da circulação de capitais e queda brusca da atividade econômica global. A retomada do crescimento veio a partir da safra 2010 quando os preços internacionais retornaram a patamares remuneratórios históricos, o consumo mundial pegou tração novamente, e, puxadas pelas compras da China, as exportações de commodities agrícolas foram turbinadas. O agronegócio do estado passou a viver sua década de ouro (2011-2020), ao contrário da economia brasileira que viveu, no mesmo período, sua pior década, a qual alcunhei nesta coluna de "A Década Perdida", com crescimento médio

anual de 1,24%. Dessa década dourada do agro, 2020 foi o melhor ano. Safra recorde, preços internacionais e nacionais explodiram e o consumo de alimentos aumentou. O setor teve expressivo aumento da rentabilidade, atingindo margens de EBITDA acima de 30%. Vetores macroeconômicos como taxa real de juros baixa e a desvalorização cambial estimularam aumento do investimento agrícola em inovação tecnológica, modernização de equipamentos e terras.

O ciclo de alta de preços e consumo das commodities agropecuárias foi tão intenso que economistas e analistas passaram a discutir se o país e Mato Grosso não estão vivendo uma "bolha agropecuária" que, como todas as bolhas já conhecidas, pode estourar logo adiante por falta de consistência e sustentabilidade econômica. Não vejo dessa forma. Partilho do pensamento que o novo ciclo das commodities agropecuárias será longo e continuado, alavancado pelo consumo doméstico e global, melhorias na logística com a chegada de novas ferrovias, privatizações de aeroportos e rodovias, ampliação da utilização de alta tecnologia na produção agropecuária e implantação da internet 5G.

A pandemia do coronavírus, no primeiro semestre de 2020, trouxe o temor que

os movimentos de lockdown e redução do crescimento econômico provocasse uma queda drástica no consumo e nos preços das mercadorias agrícolas, que possuem peso decisivo no desempenho da economia do estado. Decorridos os primeiros meses da pandemia, notamos exatamente o contrário. Gêneros alimentícios, assim como minério de ferro e metais utilizados na indústria da infraestrutura e eletroeletrônica experimentaram surpreendente valorização. Após um período recessivo num mundo que aprendia como lidar com a letalidade da pandemia, o consumo por mercadorias de origem agropecuária aumentou. Esse movimento é explicado pela rápida retomada da economia chinesa e outros países asiáticos e pelos pacotes de auxílios implantados pelas principais economias do mundo desenvolvido e emergente para socorrer a renda dos mais fragilizados, proteger empregos e manter vivas as empresas. Essas medidas mantiveram aquecido o mercado internacional para as mercadorias agrícolas. Além disso, os estoques internacionais de commodities agropecuárias encontravam-se em níveis muito baixos. Diante das incertezas sobre o tempo que poderia perdurar a crise sanitária, os países aumentaram suas importações para

recompor estoques estratégicos e garantir segurança alimentar às suas populações. Escancarou-se uma janela de oportunidade para regiões produtoras e exportadoras de grãos e carnes (suínos, frango, bovina), como é o caso de Mato Grosso. A demanda continuou aquecida na medida que as economias desenvolvidas avançaram na vacinação em massa e suas economias voltaram a crescer no início de 2021. As exportações do agro brasileiro devem atingir R\$ 120 bilhões e de Mato Grosso deve superar, pela primeira vez, R\$ 22 bilhões.

Esse "alinhamento de astros" deve perdurar com a recuperação do crescimento da economia brasileira e global, estabelecendo as condições para continuar aquecida a demanda mundial e local por produtos de origem agropecuária e toda a sua longa cadeia produtiva.

VIVALDO LOPES, economista formado pela UFMT, onde lecionou na Faculdade de Economia. É pós-graduado em MBA- Gestão Financeira Empresarial pela FIA/USP (vivaldo@uol.com.br).



Cartas Viciadas

Lourenbergue Alves (*)

O viver democrático é um dos mais difíceis para ser vivido. Falam-se a respeito dele, defendem-no com palavras, e até com gestos, ainda que raros, e expressam-se a vontade de mantê-lo firme e sólido. Não percebem que o óbvio, sequer, fora notado. Afinal, esse viver, assim como tantos outros, está longe, bastante longe de ser algo inquebrável, irretocável, permanente e para sempre. Nada disso. Pois a democracia jamais virá, ou veio servida em uma bandeja. Tampouco está pronta e acabada. Ela precisa ser regada, assim como se faz necessário e imprescindível regar o jardim à frente da casa ou no coração da cidade, ou em seus arredores, sem o qual jamais virá a florir, e sem esse desabrochar, o perfume da liberdade se evapora, perdendo-se entre nuvens cinzentas da desesperança. Tudo, portanto, fica sem brilho, inclusive o dos raios solares, bem como os da lua, cujos surgimentos pouco ou quase nada afastarão com a escuridão do autoritarismo,

da irresponsabilidade e do ego da intolerância, contrariando sobremaneira a pregação humanitária ou patriota.

Dizer-se humanitário ou patriota não é o mesmo que sê-lo, uma vez que este ser, ao contrário do que se possa imaginar, requer comportamento apropriado. Cristo jamais ficou apenas no disque-disque, agiu humanitariamente, e sacrificou-se pelo bem de seu povo, de sua comunidade, sem ter sido Policarpo Quaresma, embora tenha feito tudo com entusiasmo. Igualmente não basta se apresentar como democrata, necessário se faz agir verdadeiramente como tal. Lutar para que a vida em democracia seja vivida por todos, pois o referido viver não se realiza com meia dúzia de sujeitos. Uma parte não é o todo. Nem o todo existe desacompanhado de suas partes. Este é o ponto. Ponto que requer atenção dobrada, redobrada, e infinitamente olhada. Isto porque a democracia é uma eterna construção. Constroem-na, ainda que ora ela venha ser paralisada, recuada, pois a toda hora desejos, vontades e necessidades aparecem,

e terão que ser contemplados. Ainda que venham a demorarem a ser alcançados, e, geralmente, demoram mesmo, pois não é nada fácil o viver em democracia, e um de seus óbices, talvez o maior deles, a intolerância, alimentado pelo preconceito. O que realça um dos desejos mais mesquinhos, o de excluir outrem por meio das mais perversas violências. Reforça-se, assim, a impunidade.

Permanece a impunidade quando a legislação, as regras, as normas e o estatuto do Estado não são respeitados. E, por conta disso, destrói-se o que se avançou em termos de democracia. Esta exige, entre outras coisas, vigilância por parte da população. Vigia-se tudo e todos. Tarefa igualmente difícil. Embora não seja impossível de ser realizada. Ainda que se tenha, dia a dia, registro da não fiscalização, em especial quando se predomina o espírito de torcedor. O legislativo ignora uma de suas principais obrigações, o Judiciário esquece-se de zelar pela Constituição, e o Executivo é utilizado em proveito de poucos.

Inexiste o fiscalizar, e os órgãos responsáveis diretos pelo vigiar, fazem vistas grossas. Também, pudera os que são levados para chefiar tais órgãos e instituições passam pelo crivo de aceitação de quem devem ser fiscalizados. Cria-se, então, uma teia de compadrio, de apaniguados, com resultado catastrófico: as polícias deixam de ser de Estado para serem de governo, juízes passam a agir como defensores de alguns personagens, os integrantes dos Ministérios Públicos, advogados dos governantes de plantão, e o advogado da União age como se fosse o do governo. Imperioso, portanto, jogar no lixo as cartas já viciadas, e adotar outras, saídas do pacote intacto. Eis, aqui, uma necessidade urgentíssima, infinitamente mais do que o voto impresso. É isto.

LOUREMBERGUE ALVES é professor universitário e analista político.



Educação inclusiva

Rosana Leite (*)

As minhas mais importantes lembranças da infância são e sempre serão carregadas de amor avoengo. Esperava ansiosa o final de cada ano para me deslocar ao local onde entendia ser a minha casa mais feliz. Lá tudo podia. Casa de avó e avô...

São muitas as lembranças extraordinárias e felizes! Convivi bastante com as duas

avós, materna e paterna, que me deixaram saudades eternas. Em uma dessas férias, na cada da afável Vó Modesta, que conversamos sobre algo que marcou a minha vida indelevelmente.

As crianças de Aquidauana-MS, município de nascimento e local de férias, me relataram que uma das filhas da Dona Mariazinha, seria muito diferente. Afirmaram: "Ela é diferente, não tem voz de mulher, e é muito calada. Falam que é mulher-homem".

Todas as manhãs acordava cedo na casa da Vó Modesta para acompanhá-la na feirinha. Inclusive, é de lá vem o meu grande gosto por frutas. Comíamos em algumas ocasiões o famoso "pastel de queijo da Chica" com guaraná. Sem dúvida, aquele momento era um evento. Íamos a pé, a vó e eu.

No dia subsequente que haviam me contado sobre a "filha diferente" da dona Mariazinha, passamos em frente à casa delas. Então perguntei para a Vó Modesta se era verdade que aquela senhora, a dona Mariazinha, tinha uma filha diferente, a contanto o que os amiguinhos e amiguinhas haviam dito.

Com uma tranquilidade de quem possuía imensa sabedoria ela me respondeu que não. Disse que aquela mulher, que havia sido a sua amiga de infância, tinha seis filhas.

Afirmou, ainda, que uma das filhas havia nascido hermafrodita, explicando do que se tratava.

Muito curiosa, pois nunca tinha visto falar em algo semelhante, com aproximadamente 7 anos de idade, procurei perguntar por tudo. Com imensa naturalidade e clareza, aquela mulher com pouco estudo fora responsável por começar a desmistificar e não deixar adentrar em minha vida o preconceito. Explicou que nada havia de errado, o bebê nascera com dois órgãos sexuais.

Os profissionais da medicina fizeram investigação na recém-nascida para saber qual dos sexos ela possuía internamente. Descobriram que possuía órgãos internos femininos, e realizaram a cirurgia para a retirada do órgão masculino que aquele corpo

possuía. Apenas isso, disse ela.

Foi precisa em esclarecer que o fato de aquela mulher ter crescido quieta e com o tom de voz forte, em nada a diferenciava das demais pessoas. E prosseguiu: "Filha, quando a encontrarmos a vó irá a apresentar, e você verá que não há nada de errado com ela." Disse mais: "E se tivesse, será que devemos escolher a quem respeitar ou tratar bem?" Nenhuma dúvida persistira em mim, a partir daquela explicação.

Acabaram as férias, voltei para casa. Nas férias ano seguinte, lá estava novamente com aquelas e aqueles que tanto me faziam bem. Em poucos dias com a Vó Modesta, quando estávamos no mercado, ela cumprimentou uma linda mulher. Voltávamos para casa e a doce Vó Modesta me perguntou: "Zaninha, o que achou daquela moça que a vó cumprimentou no mercado?". "Achei linda, vó!", a respondi. E ela emendou: "Então, ela é a filha da dona Mariazinha que te disseram ser diferente. Viu alguma diferença nela?"

Hoje reflito sobre a forma do tratamento que esse assunto me foi abordado quando a questioneei. Quisera os ensinamentos fossem assim passados para as crianças!

Diferente e importante foi a senhora, vó querida!

ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS é defensora pública estadual.



Jornal
IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

PERRENGUE SEM FIM

Em visita a Cuiabá, ministro confirma que troca de controle da Rota do Oeste está travada e ainda busca uma solução para a concessão

'Freio de mão' na novela da BR-163

George Dias/OAB-MT

**Da redação**

De volta a Cuiabá para participar de uma audiência pública sobre a situação da concessão da BR-163 nesta sexta-feira (16), o ministro de Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, confirmou que essa 'novela' andou pouco desde o ano passado. Em conversa com jornalistas, ele voltou a falar sobre as três opções para retirar a Rota do Oeste do contrato e confirmou que não deu certo a negociação para troca de comando acionário, que estava prevista para o ano passado.

Principal acionista da Rota do Oeste, a Odebrecht Transport não conseguiu cumprir o calendário de investimentos pois teve problemas para captação de recursos após a Odebrecht ser envolvida nos esquemas

de corrupção investigados na Lava Jato. Para resolver o problema, três opções foram estudadas: a troca do comando acionário (a mais simples), a devolução da concessão para relicitação, e a caducidade do contrato para relicitação (mais complexa).

Em meados do ano passado, a concessionária e o governo federal haviam encaminhado uma negociação para substituição do controle acionário da Rota Oeste. A participação da Odebrecht no empreendimento seria vendida para um fundo de investimentos e bastava um aval do governo federal. Contudo, os gestores do fundo mudaram de ideia.

"Naquela oportunidade a gente tinha também um negócio muito bem encaminhado, com um fundo de investimento bastante conhecido no Brasil e bastante respeitado. Tudo apontava para uma substituição de controle naquela oportunidade. Agora, como eu falei, é um negócio privado. Por algum motivo o negócio não se concretizou e, no final do ano, o fundo de investimento disse que não queria mais a con-

cessão", explicou o ministro.

De volta à estaca zero, o Ministério da Infraestrutura mantém o processo para caducidade do contrato com a Rota do Oeste, já que esse é o caminho mais longo. Enquanto isso, tenta encontrar um novo grupo interessado em assumir a parte da Odebrecht no contrato. Segundo o ministro, essa negociação está andando. Contudo, há poucos detalhes sobre o assunto.

O governo insiste na opção de troca do comando acionário porque essa é a alternativa mais rápida. Caso se concretize, permitiria a retomada dos investimentos em um prazo tão curto quando um mês. Já a caducidade pode levar cinco meses até o início do processo licitatório. Além disso, a troca de comando permite que sejam mantidas as tarifas de pedágio atuais, ao passo que as outras duas alternativas resultariam em aumento do valor pago pelos usuários.

"O processo de caducidade não parou, está andando. Então, se lá na frente a gente não conseguir fazer essa transferência não funcionar,



Tarcísio de Freitas explica que 'mistura perigosa' levou à suspensão dos investimentos na BR-163 em Mato Grosso

a gente vai aplicar a caducidade. Hoje eu não posso aplicar, porque tem uma decisão arbitral que impede essa pena de caducidade", afirmou.

Durante a audiência na Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Mato Grosso (OAB-MT), o ministro apresentou a minuta de um termo de ajustamento de conduta (TAC) para substituição do controle acionário. Contudo, ainda não há um prazo para que ele entre em vigor. Caso

concluído o TAC, os investimentos podem ser retomados em até 30 dias.

AS CAUSAS – Durante a conversa, Tarcísio voltou a falar sobre as causas que levaram à interrupção dos investimentos. Em sua avaliação, houve uma 'mistura perigosa' em Mato Grosso. Segundo ele, essa é uma falha generalizada das concessões que ocorreram entre 2013 e 2014, e está sendo vivido em vários outros

contratos, tanto de rodovias federais quanto de aeroportos e portos.

"A gente tem um problema sistêmico, uma falha generalizada nas concessões da terceira etapa, que foram aquelas feitas nos anos de 2013 e 2014. As patologias dessas concessões são muito parecidas. Elas deram errado porque houve uma mistura perigosa, uma mistura de aritmética com ideologia. Essas coisas não se misturam", explicou.

ARGUMENTOS FRÁGEIS**Justiça nega pedido de Abílio contra Emanuel****Da redação**

Uma ação impetrada pela coligação "Cuiabá para Pessoas", encabeçada pelo candidato à prefeitura da capital em 2020, Abílio (Podemos), que pedia a cassação do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB), foi negada no último dia 09 de julho pela juíza Tatiane Colombo, da 39ª Zona Eleitoral. A magistrada não encontrou tais irregularidades apontadas por Abílio e ainda citou argumentos frágeis do candidato derrotado.

A coligação de Abílio entrou com uma Ação

de Investigação judicial eleitoral (AIJE) alegando que o prefeito realizou diversas irregularidades durante o período eleitoral como distribuição de cestas básicas, proibição de corte de água dos municípios e entrega de residências populares.

"Possível distribuição irregular de cestas básicas, suspensão de aumento de tarifa de água previsto em lei, proibição de corte no fornecimento de água, antecipação das vistorias e entregas de residências, utilização de identidade visual na campanha eleitoral se-

melhante à utilizada pela gestão municipal e afixação de propaganda da prefeitura nos locais de votação", diz parte da ação do Cuiabá para Pessoas.

No que tange ao corte de água dos municípios, a magistrada cita que o novo coronavírus prejudicou a população a nível mundial e que foram necessárias ações dos governantes para diminuir os impactos causados pela falta de renda entre outros.

"A pandemia global trouxe impactos econômicos trágicos, por vezes inviabilizando

o sustento de número considerável de cidadãos. Não à toa o governo federal editou decreto de calamidade pública, encontrando nos autos. A medida apontada como eleitoreira em verdade traveste-se, da forma como engendrada, de paliativo a tais impactos. Permitir o aumento ou o corte de abastecimento, naquele momento, traria ainda mais risco à sobrevivência dos vulneráveis", argumentou Tatiane.

Já em relação as acusações na entrega e vistoria de casas populares, a juíza citou que os

argumentos de Abílio e sua coligação foram tão frágeis que estão próximos da imprudência.

"Os prints de telas apresentados como prova são de tal sorte frágeis que beiram a temeridade. Ademais, é público e notório, conforme lembraram os autores, que a vistoria em imóvel financiado é de competência do agente financiador do projeto, no caso a Caixa Econômica Federal. E não há mínimo indício nos autos de que esta tenha agido de maneira a privilegiar candidaturas por meio de ma-

nipulação de datas de vistorias", detalhou a juíza.

Sobre a identidade visual utilizada por Emanuel, a juíza eleitoral citou que a legislação eleitoral não prevê expressamente a vedação como apontou a coligação, cabendo a análise no caso concreto. Tatiane adiantou que o argumento da coligação é de forma insuficiente para determinar a cassação de um prefeito reeleito.

Ao final, a coligação de Emanuel foi punida com uma multa de R\$ 5,3 mil.

INCONSTITUCIONAL**TCE manda Estado retomar ICMS na energia solar****Gabriel Soares**

O conselheiro Valter Albano, do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT), determinou que o governo do Estado volte a cobrar Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a taxa de transmissão de energia elétrica dos consumidores que possuem placas solares e participam do sistema de geração distribuída. A decisão foi publicada no Diário Oficial de Contas que circulou na sexta-feira (16).

Albano atendeu uma representação do Ministério Público de Contas (MPC), que apontou irregularidades na lei promulgada pela Assembleia Legislativa. A lei chegou a ser vetada pelo governador Mauro Mendes (DEM), mas o veto foi derrubado pelos deputados estaduais.

Conforme o conselheiro, a lei estadual desrespeitou a legislação federal sobre incentivos e isenções fiscais, que determina que toda isenção de imposto só tem validade se houver convênio celebrado e ratificado pelos estados e pelo Distrito Federal sobre o assunto. Esses convênios são firmados no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que busca evitar a chamada 'guerra fiscal' entre os estados.

O governo de Mato Grosso alega que pediu ao Confaz autorização para isentar o ICMS sobre a Taxa de Utilização do Sistema de Distribuição (TUSD) para os geradores de energia solar. Contudo, o Confaz negou a autorização.

"Portanto, estabelecer nova regra, diversa daquela dispensada à concessão de isenção de

ICMS, sobretudo, quando já existe normativa própria aprovada pelo CONFAP, caracteriza atuação inconstitucional e ilegal dos agentes estaduais", diz trecho da decisão de Albano.

O conselheiro aponta ainda que a lei é inconstitucional, pois não foi apresentado no processo legislativo a estimativa de impacto orçamentário e financeiro da medida. Assim, segundo Albano, há risco de que essa renúncia fiscal cause prejuízos aos cofres públicos.

"Pelo exposto, com fundamento no inc. IV do art. 90 da Resolução Normativa 14/2007, admito a presente representação de natureza interna, e julgo procedente o pedido de medida cautelar de urgência para determinar [...] que mantenham a cobrança do ICMS sobre a TUSD/

TUST dos micro e minigeradores de energia elétrica, nos termos do Convênio CONFAP 16/2015, em razão do disposto nos artigos 113 do ADCT, 14 da LRF [...]", concluiu o conselheiro.

Albano ainda recomendou que o governo do Estado adote as medidas judiciais cabíveis, por meio da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), para declarar a inconstitucionalidade da lei. No entanto, o governador Mauro Mendes declarou recentemente à imprensa que não pretende ajuizar a questão e 'jogou a bola' para o Ministério Público Estadual (MPMT), que também declarou que não irá propor ação por considerar que a lei é 'inócua'.

A decisão é em caráter liminar e ainda será submetida à análise do Plenário, para julgamento em definitivo.



Albano diz que lei é inconstitucional e recomenda que governo tome medidas para derrubá-la

EM ALTA

Atuação da primeira-dama à frente da ação social em Cuiabá tem atraído atenção de partidos, que buscam nomes fortes para a disputa em 2022

Márcia Pinheiro surge na disputa



Da redação

A primeira-dama de Cuiabá, Márcia Pinheiro, vem ganhando destaque no cenário político e tem sido cortejada por vários partidos para disputar o pleito eleitoral em 2022. Com o crescimento do seu nome, Márcia já estuda a possibilidade de se filiar a uma sigla, ainda não definida, para disputar uma cadeira no Legislativo.

O trabalho de Márcia na ação social, ao lado do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB), chamou a atenção de ministros do governo federal e rendeu convite para que ela

apresentasse as diretrizes de programas como o Qualifica Cuiabá e Siminina na convenção da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, mas o evento foi cancelado por causa da pandemia.

Essa atuação tem chamado a atenção de vários partidos. Com a possibilidade do aumento do número de mulheres ocupando cadeiras nos parlamentos e a obrigação de que os partidos disputem com 'chapa pura' nas eleições proporcionais, os líderes das siglas buscam nomes fortes para criar uma base com grandes chances de vitória. É nesse contexto que Márcia chega como forte candidata à disputa, como avalia Emanuel.

"É natural, é da gente e quando extravasa orgulho, alegria, emoção de ser o prefeito da terra em que eu nasci, as pessoas sentem isso e começam a ter a neces-

sidade de ter esse sentimento em outros cargos no Estado", disse o prefeito.

Márcia é idealizadora de grande parte dos projetos sociais que estão sendo executados pela Prefeitura de Cuiabá. Entre eles o programa Qualifica Cuiabá, que já certificou mais de 5 mil pessoas para o mercado de trabalho e tem a meta de atingir 10 mil pessoas até final de 2024.

O programa tem mais de 80% das vagas ocupadas por mulheres e contribuiu para a queda dos números de feminicídios e violência doméstica, por promover a independência financeira de centenas de mulheres.

O alcance social do programa ainda tem reflexos na pandemia que permitiram a muitos alunos aplicarem o conhecimento dos cursos para criarem seu próprio negócio, gerando renda familiar para famílias que foram afetadas eco-



À frente da ação social de Cuiabá, Márcia Pinheiro tem atraído atenção de partidos e deve disputar vaga no Legislativo

nomicamente durante a crise sanitária instalada pela covid-19.

Outro ponto destacado pela ativista feminina Maria da Penha, maior personalidade brasilei-

ra na luta dos direitos da mulher, é a criação do primeiro espaço de atendimento da mulher do Brasil presente em uma unidade pública de saúde.

Nos próximos meses além de apoiar o marido e o filho, deputado federal Emanuelzinho (PTB), Márcia poderá ter que cuidar da própria campanha.

ELEIÇÕES 2022

Avallone: Possível reforma deixa processo 'em suspenso'

Da redação

O PSDB de Mato Grosso realizou um encontro on-line para discutir a projeção do partido no pleito eleitoral de 2022. O presidente da sigla no estado, deputado estadual Carlos Avallone, adiantou que a chapa será montada após a definição da reforma eleitoral que acontece em Brasília.

A decisão do partido dependerá de como se dará a reforma eleitoral, que deve ser votada ainda este mês no Congresso Nacional. Só que o PSDB não é o único que aguarda a definição da reforma eleitoral para iniciar a formação das chapas, já que todas as regras do jogo podem mudar de acordo com a definição dos congressistas.

"Distritão é cada um por si e Deus por todos. Agora, se vai continuar a decisão do coeficiente eleitoral aí, o partido é importante porque você precisa ter chapa. Se vai mudar o coeficiente que diminui a questão

da sobra, há uma outra mudança também. Em Cuiabá, você tem 25 vereadores e 19 partidos, e tudo foi eleito com a sobra. Então, são muitas mudanças que irão haver e todos os partidos estão esperando essas mudanças e trabalhando em cima de todas", explicou Avallone, em conversa com a imprensa.

REFORMA ELEITORAL - Corre na Câmara Federal uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que visa modificar os diferentes aspectos do atual sistema eleitoral. Duas discussões ecoam com mais força no Congresso, são elas o chamado Distritão e o aumento do número de mulheres ocupando cadeiras no legislativo com cotas.

No atual sistema, os vereadores, deputados estaduais e deputados federais são eleitos baseados em um cálculo feito com um número de voto individual com o número de votos de cada partido.

Após a obtenção destes números, é feito o

quociente partidário que determina quantas cadeiras cada partido terá direito de ocupar no legislativo. Esse modelo faz com que candidatos com menos votos ocupe cadeiras no lugar de candidatos com mais votos na eleição.

A proposta do Distritão é que não haja mais esse cálculo e sim que seja eleito os mais votados no geral, com isso, a proposta busca ao invés de beneficiar partido, beneficie o político que conseguir mais votos.

Os defensores do Distritão defendem que essa seria uma forma de tornar a eleição democrática onde os mais bem votados pela população a represente no legislativo. Os contrários à proposta explicam que o atual modelo continuaria elegendo somente os políticos mais conhecidos, tirando assim a chance de novos candidatos ocuparem vagas no legislativo, pois não teriam tantos votos como as figuras carimbadas já existentes.

NOVA CEPA EM CUIABÁ

Emanuel Pinheiro volta a pedir doses extras de vacina

Da redação

O prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) fez um novo requerimento por doses extras de vacina contra a covid-19 ao Ministério da Saúde, em decorrência da confirmação, na última segunda-feira (12), de uma nova variante do coronavírus (B.1.621), detectada em duas pessoas que estiveram em Cuiabá para participar da Copa América, no mês passado.

Em ofício que será entregue em mãos ao ministro Marcelo Queiroga pelo deputado federal Emanuel Pinheiro Neto, Emanuelzinho (PTB), o prefeito afirma que falta vacinar 231.361 cuiabanos de 18 a 54 anos, ou seja, para concluir a imunização da população adulta da capital.

Em Cuiabá, a taxa de mortalidade da covid-19, que mede o risco de morte pela doença na população cuiabana, está em 505,9/100.000

habitantes, a mais elevada entre as capitais brasileiras e quase o dobro da taxa de mortalidade do país, que está em 254,2/100.000 habitantes. Com relação à taxa de letalidade, que mede a proporção de óbitos entre os casos confirmados, Cuiabá registra taxa de 3,2%, enquanto a taxa de letalidade por covid-19 do país é de 2,7%.

Para o prefeito Emanuel Pinheiro, esses dados, agora acrescidos do risco de um agravamento da situação epidemiológica por causa da nova cepa detectada entre os colombianos que estiveram em Cuiabá, são motivos suficientes para que a capital de Mato Grosso receba uma atenção maior por parte do governo federal.

"Em que pese o Município de Cuiabá, através da Vigilância Epidemiológica, ter adotado todos os protocolos para controlar essa variante, com o isolamento e monitoramento dos casos,

além de acompanhar todos os funcionários do hotel onde esses estrangeiros estiveram hospedados, é inegável que a Copa América alterou a rotina da cidade, aumentou o fluxo de pessoas, o que culminou na identificação dessa nova variante, gerando risco epidemiológico para a nossa população", disse.

Pinheiro também defende que o requerimento de doses extras de vacina deve ser acatado pelo Ministério da Saúde, uma vez que, em maio deste ano, o órgão ministerial enviou 300 mil doses extras de vacina contra a covid-19 para o estado do Maranhão, quando identificada a variante indiana do coronavírus naquele estado. À época, o ministro Marcelo Queiroga afirmou, em declarações públicas, que atendeu ao pleito do prefeito de São Luís com o intuito de evitar a transmissão comunitária da nova cepa do vírus.

'PANOS QUENTES'

Gisela ameniza briga no Pros e garante candidatura

Da redação

A advogada Gisela Simona (Pros) amenizou a briga interna em seu partido e disse que há apenas um descontentamento individual do deputado João Batista, que deve ser candidato à reeleição, enquanto ela irá concorrer ao cargo de deputada federal. As afirmações foram feitas à Rádio Capital na quinta-feira (15).

Gisela relembrou que os dois políticos foram colegas de sindicato e afirmou que o respeita como uma das principais lideranças do estado. Ela voltou a afirmar que a

dissolução do diretório - que atingiu João Batista - não partiu dela, mas do diretório nacional. Simona ainda disse que o próprio Batista havia concordado com as mudanças.

"Houve uma decisão, que inclusive ele participou, e que para a organização das eleições em 2022 haveria na direção do diretório estadual uma pessoa neutra que não fosse candidato nem deputado federal, nem estadual. Mas quando acabou o mandato dele em maio e o diretório nacional nomeou outra pessoa, ele não aceitou e acredita que eu estou

envolvida nisso", detalhou ela.

Gisela ainda afirmou que a insatisfação é apenas por parte de João Batista. Outros filiados, sendo 26 vereadores em todo o estado, estariam coesos e pensando em 2022, realizando encontros e formação de uma chapa forte.

A ideia de colocar um presidente neutro, segundo Gisela, é para continuar pregando a transparência e evitar possível conflito de interesses.

"Existem divergências coisas que todo o partido tem, mas são válidas e estamos vendo as rusgas internas de cada

partido e acredito que há uma preocupação do João Batista com a reeleição dele. Está certo, e existe uma preocupação do partido de eleger deputados federais", declarou.

Gisela disse que o seu desejo é ser candidata a deputada federal, elevando suas pautas à frente do Procon a nível federal.

"São leis de âmbito federal como o plano de redução da energia elétrica, transporte coletivo e tudo isso depende do plano federal e serei mais útil aos mato-grossenses no âmbito federal", concluiu a advogada.



Gisela garante que será candidata a deputada federal em 2022

MT MAIS CIRURGIAS

Programa prevê investimento de R\$ 105 milhões para realizar 138 mil procedimentos médicos de média e alta complexidade em todo estado

Governo quer esvaziar fila do SUS



Da redação

Diante do alívio sobre a rede hospitalar após a queda nos casos de covid-19, o governador Mauro Mendes (DEM) lançou na quinta-feira (15) o programa MT Mais Cirurgias, que busca desafogar a fila de espera por procedimentos de média e alta complexidade no Sistema Único de Saúde (SUS). Com investimento de R\$ 105 milhões, frutos de recursos próprios, o governo espera realizar 138 mil procedimentos médicos.

O programa consiste em um incentivo financeiro para que Estado e Municípios contratem os serviços tanto na rede pública quanto na privada, complementando os valores da 'Tabela SUS'. Para isso, o governo estadual elaborou uma tabela com os valores praticados no mercado para o mesmo procedimento,

já que há defasagem nos valores orientativos do Ministério da Saúde.

“É um programa de incentivo, porque hoje a chamada Tabela SUS é um tema que precisa ser discutido junto ao governo federal. Uma tabela que foi feita em 2002, nós estamos com 20 anos da Tabela SUS, então virou um jogo de faz de conta. Em alguns lugares é uma ‘tabela SUS’, é duas, cinco, seis... Tudo mundo se virando como pode para atender a população e essa, que deveria ser uma referência para a contratação de serviços públicos, está defasada há quase 20 anos”, disse o governador Mauro Mendes (DEM).

Conforme o projeto apresentado, o MT Mais Cirurgias vai bancar a realização de 23 mil cirurgias eletivas em várias especialidades, que custarão um total de R\$ 80 milhões. Há também a previsão de realização de 69.550 exames de alta complexidade, para o que foram destinados R\$ 25 milhões.

O secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo, explicou que os municípios terão autonomia para definir a contratação dos serviços e poderão otimizar os



Gilberto Leite

Mauro explica que programa será uma parceria entre Municípios e Estado para esvaziar a fila do SUS

recursos conforme a realidade de suas regiões. A adesão ao programa é voluntária.

“Nós investigamos o que a Unimed paga aos prestadores de serviço, o que os laboratórios privados pagam por isso, e, com esse valor, o município poderá contratar o serviço abaixo do que estamos propondo ou poderá contratar o

serviço acima. O que ele vai receber é o incentivo. Se ele contratar abaixo, vai sobrar o recurso em caixa para aplicar mais ainda na área da Saúde. Se contratar acima, vai ter uma contrapartida municipal ou do consórcio de Saúde”, explicou.

LIBERAÇÃO - Hospitais estaduais que estavam atendendo apenas pacientes de covid-19,

como a Santa Casa de Cuiabá e os regionais, também devem passar a realizar cirurgias eletivas à medida em que os leitos de UTI são desocupados. Para isso, também deve haver um remanejamento de pacientes, com objetivo de evitar a contaminação.

“À medida que, se Deus quiser, há uma diminuição da utiliza-

ção das UTIs Covid em todo o estado, com isso a gente pretende liberar toda a Santa Casa, que é um hospital grande e importante, com 200 leitos e 10 salas cirúrgicas, para cirurgias de alta complexidade, que em muitas regiões não tem os profissionais para fazê-las”, disse o governador.

ESPERA LONGA - Ao apresentar o programa para jornalistas e gestores, Gilberto revelou que o governo já planejava lançar uma medida para esvaziar a fila de cirurgias do SUS no começo de 2020. Só que a chegada da pandemia adiou os planos, já que o Ministério da Saúde orientou a suspensão dos procedimentos eletivos para abrir vagas nos hospitais para pacientes com covid-19.

“O programa era um anseio da nossa gestão de ser lançado em 2020, mas fomos surpreendidos pela pandemia e a determinação do Ministério da Saúde, que é patrocinador do SUS, que a cirurgias eletivas deveriam ser suspensas, para que os hospitais tivessem condição de atender aquilo que era imediato, que eram os pacientes de covid-19”, disse.

REALINHAMENTO

PDT ameaça deixar base e disputar o governo

Da redação

Um dos principais partidos aliados do governador Mauro Mendes (DEM) desde o começo do governo, o PDT pode deixar a base do governo e até lançar uma chapa para disputar o governo do Estado contra o atual gestor. A revelação foi feita pelo deputado estadual Allan Kardec, presidente do diretório estadual da sigla.

Kardec afirmou que a base do PDT está insatisfeita com os rumos que o governo está tomando nos últimos me-

ses. Isso porque muitos dos filiados ao partido são servidores públicos e professores, que foram atingidos pela reforma da Previdência estadual e outras medidas adotadas recentemente pelo governo, como a demissão de servidores da Empresa Mato-grossense de Pesquisa Assistência e Extensão Rural (Empaer).

O deputado explicou que o partido ainda pode continuar na base de Mauro. Para isso, irá reapresentar as pautas da sigla ao governador e negociar sua permanência.

“[Vamos] colocar as nossas pautas novamente, caso ele decida ir para reeleição. O partido é composto por servidores públicos, professores e tem ambientalistas. Tem pautas que o governo precisará realinhar para ter o PDT como base no próximo ano”, disse.

Apesar de buscar o acordo com Mauro, o PDT já se articula para um ‘plano B’. A ideia é lançar uma candidatura própria ao governo, garantindo o palanque eleitoral no estado para seu candidato à presidência, Ciro Gomes.

Além disso, a sigla deve encaminhar nomes para a disputa de uma vaga no Senado em 2022.

“Tem condições de fazer isso, tem condições de colocar nomes para governo e Senado. Partido grande tem que pensar em fazer as disputas e colocar nomes para governo, vice. A discussão é no final do ano e começo do ano que vem. Natasha [Shesarenko], Zé Carlos do Pátio são nomes com diálogo avançado”, detalhou.

O PDT foi um dos principais responsáveis pela construção da

candidatura de Mauro Mendes em 2018 e chegou a emplacar Otaviano Pivetta como vice-governador. Kardec assumiu como secretário de Estado de Esporte, Cultura e Lazer assim que o governo começou, mas deixou o cargo logo depois, durante a votação da reforma da Previdência. Durante as eleições de 2020, Pivetta deixou o partido, alinhando-se à direita bolsonarista.

TERCEIRA VIA - Durante a conversa, Kardec também defendeu que Ciro Gomes é o único nome capaz de viabi-

lizar uma terceira via nas eleições presidenciais, opondo-se tanto ao presidente Jair Bolsonaro quanto ao PT, que pretende lançar o ex-presidente Lula. Ciro acompanhou o encontro regional do PDT, realizado no último final de semana.

“Ciro é a única opção para tirar PT e Bolsonaro da presidência. O único possível, que tem proposta pra desenvolver a nação. Está bem claro, se ele conseguir se comunicar, com partidos que o apoiam e tempo de TV, ele tem tudo para levar essa aí”, concluiu.

DEFESA DO PANTANAL

Justiça para processos de PCHs no Rio Cuiabá

Da redação

O Ministério Público do Estado (MPMT) conseguiu liminar na Justiça que determina a suspensão imediata da análise e aprovação de processos de licenciamento ambiental e da emissão de outorgas para operação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em toda a bacia do Rio Cuiabá. A medida deverá se estender até que seja feito estudo detalhado da Agência Nacional de Águas (ANA) sobre o tema.

A decisão foi proferida em uma Ação Civil Pública que requereu a adoção de medidas urgentes para salvar as baías Chacororé e Siá Mariana, localizadas na região do

Pantanal. A Justiça estabeleceu também o prazo de 20 dias para que o Estado apresente plano de ação de curto, médio e longo prazos com vistas à resolução, concreta e continuada, das questões relacionadas à redução no volume de água das duas baías.

A elaboração do plano de ação deverá levar em consideração os dados e recomendações contidos nos relatórios técnicos apresentados pelo MP. Entre os problemas apontados estão o assoreamento da área úmida dos ribeirões Cupim e Água Branca, em ambas as margens da MT-040; obstrução do fluxo de água na MT-040; e construção de aterros,

barragens, drenos e diques em diversas propriedades.

A ação também cobra providências sobre a obstrução de corixos; alterações na qualidade da água e na vazão do Rio Cuiabá relacionadas à dinâmica de operação do reservatório da hidrelétrica do Manso; construção de estradas vicinais e de acesso às propriedades construídas sem a adoção da técnica adequada; aumento do desmatamento em área de preservação permanente (APP); ocupações irregulares nas áreas de preservação permanente (APPs) e agricultura e pastagem intensiva em área de preservação permanente (APP).

O juiz Rodrigo Roberto Curvo deu prazo de 20 dias para que o Estado cumpra o pla-

no de manejo sustentável da “Estrada Paralela”, a MT-040. Foi fixada multa de R\$ 150

mil por dia em caso de descumprimento da presente ordem judicial.



Gabriel Soares

MP cobra providências sobre a alteração da dinâmica do Rio Cuiabá devido à operação da hidrelétrica do Manso

ISOLADOS NO CAOS

Pandemia evidenciou precarização do trabalho via aplicativo e intensificou movimentos por mudanças entre os trabalhadores autônomos

Motoristas boicotam aplicativos

Gilberto Leite



Da redação

Os motoristas de aplicativos de transporte urbano de Mato Grosso iniciaram um 'boicote' às plataformas, já que não conseguem ser ouvidos pelas empresas em seus pedidos de reajuste de taxas. Aumentos de custos como manutenção de veículo, combustíveis e pneus espremeram a renda desses trabalhadores, forçando muitos a desistirem da atividade. Os poucos que restaram decidiram se organizar para cobrar mudanças no sistema.

O resultado disso já foi percebido pelos usuários, que passaram a ter dificuldades para conseguir um motorista, prin-

cipalmente nos horários de pico ou 'mais difíceis', como as madrugadas. Longe de ser uma exclusividade de Cuiabá, a situação se espalha no país e já existem memes dos mais variados sobre essa batalha.

Só que quem depende da renda proporcionada pelas corridas diárias também está reclamando. Por isso, passaram a selecionar as corridas e descartar aquelas que não pagam o suficiente.

"Aqueles que ainda aceitavam [as condições do sistema] hoje são obrigados a desistir porque, literalmente, quebrou. Já os que fazem as contas todo dia ficaram mais precavidos com as corridas e, se não valer a pena, não vai", revela Cleber Cardoso, presidente da Associação de Motoristas por Aplicativo de Mato Grosso (AMA-MT).

Há quase cinco anos, os aplicativos de mobilidade urbana iniciaram suas atividades em Mato Grosso. Prometendo mais agilidade e preços acessíveis, logo viraram

febre entre a população, pois chegaram com valores acessíveis até para a população de baixa renda.

No começo, parecia que a relação seria de ganha-ganha. A ideia de "trabalhar sem patrão" e com horário flexível animou e houve ampla adesão de motoristas às plataformas. A chegada dos sistemas soou como estratégica para os críticos e providencial para os apoiadores. No momento, o país enfrentava reflexos da crise econômica de 2016, que elevou para mais de 10% o índice de desemprego da população.

O romance durou tempo suficiente para que os trabalhadores desses sistemas, tratados como autônomos pelos criadores das ferramentas, dessem conta das condições precárias que atuavam em troca da "autonomia" vendida pelas plataformas. Nessa fase, persistiram na relação aqueles que não tinham outra alternativa de renda senão se submeter ao sistema.



Alta demanda por corridas e menos motoristas disponíveis causou aumento no custo das viagens para os usuários

Trabalhadores articulam criação de cooperativa

Diante da pouca possibilidade de diálogo e negociação com as plataformas, os motoristas de aplicativo que atuam em Mato Grosso articulam a criação de uma cooperativa, com o objetivo resgatar garantias básicas que foram perdidas na relação com as grandes empresas. Uma delas é a recomposição da renda.

Segundo o presidente da Associação de Motoristas por Aplicativo de Mato Grosso (AMA-MT), Cleber Cardoso, a abertura da cooperativa deve ocorrer até janeiro de 2022.

"Não adianta você fingir que está trabalhando para ganhar o sustento da família, pois, no final das contas, quando encerrar o dia ou a madrugada, você percebe que não leva nada para casa. Aliás, leva sim um carro destroçado e muitas dívidas para pa-

gar. Isso não é hipocrisia, é o que de fato está acontecendo", desabafa Cleber, que também atua como motorista de aplicativo.

A falta ou precária comunicação entre os trabalhadores autônomos e as plataformas de mobilidade tem empurrado ainda mais para o fim dessa relação.

"Não estamos dando conta de falar com elas. Então estamos enchendo o Procon de denúncia, o Ministério do Trabalho, e os próprios Fóruns de processos contra eles. Vamos fazer isso incansavelmente, enquanto montamos as cooperativas regionais. A saída que encontramos para que o motorista tenha um ganho justo para sobreviver e possamos dar a assistência que a população precisa", garante Cleber.

A cooperativa, idealizada a partir da associação, está nos ajustes finais para a abertura. A intenção é garantir ganho justo aos motoristas, reduzir a informalidade, dar mais segurança e prestar serviço direcionado ao perfil dos usuários de Mato Grosso.

"A cooperativa deve abrir em janeiro do ano que vem, pois o processo exige um pouco de esforço de cada motorista: cada um tem que entrar com uma participação para ter disponibilidade", antecipa o presidente da Ama. Segundo ele, a intenção do grupo também visa fomentar o turismo regional. "O transporte executivo permitiria rodar não só no Centro da cidade, mas viajar para outras cidades e pontos turísticos em Manso, Chapada dos Guimarães e Nobres", finaliza.

"Aplicativos brigam e o motorista paga a conta"

As viagens urbanas por aplicativos de transporte, de certa forma, foram a "salvaguarda" de parte da população usuária do transporte coletivo durante a pandemia. Desta vez, o que atraiu esse público foi a possibilidade de ter mais segurança durante seus deslocamentos. Do lado dos motoristas de aplicativos, o medo de infecção predominou. Em 2020, chegou a ocorrer um movimento de abandono da atividade.

"Há saída dos motoristas de mais idade, que têm medo de se infectar e morrer. Outros é porque não deram conta de sobreviver a essa situação tão difícil, seja por morte, ou pelo custo dos combustíveis, peças, manutenção. Contra isso tem o preço da viagem, que, pelo contrário, baixou. Parte disso é que as duas principais ferramentas que dominam o país ficam disputando o passageiro e jogando a conta para o motorista pagar", desabafa Cleber Cardoso, presidente

da Associação de Motoristas por Aplicativo de Mato Grosso (AMA-MT).

O choque entre alta demanda por transportes via aplicativo e menos motoristas disponíveis aumentou o custo das viagens para os usuários e, também, o tempo de espera. Para piorar para o lado do usuário, quando ele chama por um veículo via aplicativo, já tem que contar com a possibilidade de cancelamento da viagem por parte do motorista.

Para os consumidores, a situação é vista como uma queda na qualidade desses serviços, mas quem trabalha dentro do sistema explica que esse comportamento é intencional.

"A demora é porque tem menos carros nas ruas e os motoristas que estão dão preferência quando o preço está dinâmico [a taxa repassada é maior]. Isso, porque se a gente roda na branga, quando não tem um preço maior por quilo-

metro rodado. O motorista que usa combustível está pagando para trabalhar e quem usa o GNV [Gás Natural Veicular] se esforça para dar conta", justifica Cleber.

O JOGO VIROU - Em meio a esta disputa, todos os lados estão perdendo. No meio disso uma solução paliativa tem ganhado espaço. Observa-se um crescimento de acordos "extra aplicativos" entre usuários e motoristas durante a pandemia.

"Muitos estão aderindo às viagens particulares. Quando o usuário entra no carro e fala para o motorista da dificuldade que está tendo para pagar e demora, ele fala 'liga para o meu número que eu vou te buscar'. Então os grupos de corridas particulares têm surgido em todo país e vão crescer muito ainda. Daqui uns dias, os aplicativos deixarão de ser úteis pelo descaso e a maneira que eles tratam todos nós, motoristas e usuários".

SISTEMA HÍBRIDO

Seduc mantém retorno de aula presencial para 3 de agosto

Da redação

Um novo embate entre servidores da educação e o governo do Estado poderá acontecer em breve, já que a Secretaria Estadual de Educação (Seduc) manteve o calendário de volta das aulas presenciais no modelo híbrido, que prevê o retorno às salas no dia 3 de agosto. A informação foi confirmada pelo secretário Alan Porto.

A decisão da Seduc vai de encontro à lei aprovada pela Assembleia Legislativa, que condiciona o retorno das aulas à imunização completa dos profissionais da Educação. Também contraria o posicionamento do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público (Sintep-MT), que afirma que os professores só voltarão às salas de aula após a vacinação completa, inclusive de estudantes.

"Exigimos que o governo avalie com caute-

la as diferentes realidades da crise sanitária em cada cidade, bem como a evolução do quadro de vacinação, visto que boa parte das vacinas aplicadas aqui no estado são do tipo que pedem duas doses para a imunização", pontuou Valdeir Pereira, presidente do Sintep/MT.

Segundo Porto, as escolas estaduais foram preparadas para garantir o retorno seguro das aulas presenciais. Foram enviados recursos para todas elas, tanto para a aquisição de materiais de limpeza, termômetros, álcool e outros. O secretário afirma que também foram feitas orientações de como trabalhar com o protocolo de biossegurança e elaboração de um plano de contingência, além da produção de material para orientação de profissionais e estudantes.

"Nosso calendário é para retornar as aulas depois do recesso marcado para o dia 3 de agosto, na modalidade híbrida. Nós estamos trabalhando para isso já há algum tempo. Foram sete cursos na modalidade pedagógica de modalidade híbrida que foram ofertados para todos os professores da nossa rede e agora precisamos dar o próximo passo. O governo do Estado priorizou a vacina para todos os profissionais da Educação e hoje praticamente 100% já tomaram a primeira dose", detalhou.

Porto também acrescentou que já está dialogando com secretários municipais de Educação, com a rede estadual e com prefeituras para organizar o transporte escolar e outras ações, com o objetivo de garantir que a escola seja um ambiente seguro.

Segundo o presidente do Sintep/MT, para que se possa retornar, no pri-

meiro momento, retorno híbrido, só após a imunização. Afirma que é preciso avaliar como recuperar os estudantes que nos dois anos não tiveram acesso às atividades. "Precisamos analisar com seriedade a condição desses estudantes", disse.

Já em relação ao posicionamento do Sintep, Porto afirmou que o sindicato não manda na Educação. Ele destacou que essa resistência está ocorrendo apenas na rede pública estadual, o que cria um ambiente de maior desigualdade social, já que escolas municipais e particulares já retomaram as aulas presenciais.

"O Sintep é sindicato e quem decide o que vai acontecer dentro das escolas não é o sindicato, mas sim a Secretaria de Educação e o governo do Estado de Mato Grosso. Todas as orientações foram encaminhadas. Inclusive, a gente percebe

com as documentações e análises que chegam até nós, através das nossas solicitações, que 27 municípios já voltaram as atividades híbridas. Todas as escolas particulares já voltaram. Vai prejudicar os alunos da rede estadual e aumentar a desigualdade social? O que nós queremos é recuperar o aprendizado dos nossos estudantes", esclareceu.

Sobre a comparação frequente entre as escolas públicas e as atividades das escolas privadas, Valdeir destacou se tratar de dinâmicas diferentes. "As condições entre a escola pública e privadas são adversas, quer seja na estrutura como acesso. Nas escolas privadas os estudantes chegam nos carros dos pais, os nossos estudantes vão de transporte coletivo ou de transporte escolar, onde o risco de contaminação é muito maior. Nas escolas públicas sequer temos

a estrutura de pessoal para assegurar a higienização necessária para evitar o contágio dos estudantes e familiares. Colocaríamos a todos numa condição que remeteria a retomada do quadro sanitário inicial", alertou Valdeir.

Porto também detalhou que fez uma reunião com vários grêmios estudantis e professores, que também se declararam favoráveis ao retorno das aulas presenciais. O secretário afirma que a ciência já demonstrou que a escola é um espaço seguro, desde que siga todos os protocolos de biossegurança.

Sobre retornar ou não, Valdeir destaca se tratar de uma decisão da categoria e que antes do fim do recesso escolar os trabalhadores da educação voltarão a se reunir e decidir sobre essa questão. "O que está estabelecido, até então, é a decisão de que retorno presencial só com imunização", concluiu.

FREIO DE MÃO

A fabricação de veículos abaixo do estimado para o sexto mês do ano continua a frear a recuperação do setor automobilístico em MT

Falta de carros derruba vendas

Comunicação Volkswagen do Brasil

**Da redação**

A falta de veículos novos na praça retraiu as vendas nas concessionárias de Mato Grosso em junho deste ano em -2,26%, quando comparado a maio. O resultado negativo do último mês está relacionado às dificuldades que a indústria automobilística enfrenta com a escassez e redução de fornecimento de peças, como semicondutores e pneus, às montadoras nacionais.

A falta de insumos para a indústria automobilística trava a re-

tomada de toda a cadeia. Com dificuldade em encontrar peças essenciais, como pneus, algumas montadoras no país optaram pela suspensão da produção em algumas das suas plantas, para cortar custos. No segmento de automóveis comerciais leves, por exemplo, linhas populares como o Onix, da GM, e o Gol, da VW, tiveram menos unidades disponíveis para vendas, em razão do fechamento de fábricas.

Só no 1º semestre de 2021, as dificuldades de acesso à matéria-prima podem ter impedido a produção de até 120 mil veículos pela indústria nacional, segundo estimativa da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

“Estimamos que a falta de semicondutores tenha impedido que algo entre 100 mil e 120 mil veículos fossem

produzidos no primeiro semestre. Esse problema afeta todos os países produtores e tem impedido a plena retomada do setor automotivo”, reforçou Luiz Carlos Moraes, presidente da Anfavea.

Conforme a entidade, o mês de junho foi a pior dos últimos 12 meses, com produção de 166.947 unidades, em função das várias paradas de fábricas de automóveis ao longo do mês. Esta situação ocorre desde o final do primeiro trimestre.

Apesar de fechar o 1º semestre no negativo, o setor em Mato Grosso acumula alta de 23,87% nos seis primeiros meses deste ano, com 47,2 mil unidades transacionadas no estado. “Venderíamos mais, se houvesse mais produtos para entregar”, comentou Edson Maia, do Grupo Saga e representante do segmento de automóveis.



Em seis meses, a dificuldades de acesso à matéria-prima pode ter impedido a produção de até 120 mil veículos

CONSUMO EM CASA

Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos cresceu 10%

Sebrae

Na feirinha do bairro, nas gôndolas dos supermercados ou até mesmo nos aplicativos de delivery, o consumo de alimentos orgânicos é um comportamento que veio para ficar. Com mais tempo em casa, as pessoas acabam cozinhando mais e cuidando melhor da alimentação. O resultado é que, de acordo com dados do Ministério da Agricultura, o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos cresceu quase 10%, de 2020 para cá. O Brasil possui mais de 25,4 mil produtores de alimentos sem aditivos químicos registrados, somente até maio de 2021. Esse crescimento

vem estimulando os micros e pequenos negócios do setor.

Os produtores são pessoas físicas e jurídicas que desenvolvem uma gama de atividades e produzem diversas mercadorias, in natura ou processadas, como alimentos, cosméticos, roupas e outros grupos. Estima-se que o crescimento médio do mercado, em 2021, dever ficar entre 20% e 30%. A pandemia impactou positivamente estes números, com o aumento da alimentação em casa e a busca por produtos mais frescos e orgânicos, com objetivo de melhorar a saúde e aumentar a imunidade.

O analista de competitividade do Sebrae, Luiz

Rebelatto, explica que o mercado de produtos orgânicos já vinha crescendo, antes da pandemia, e acabou sendo impulsionado pelas mudanças provocadas com as medidas de restrição de circulação. “A Covid-19 fez com que as pessoas valorizassem mais o consumo e produção de alimentos caseiros, orgânicos, produzidos por pequenos negócios. Nós do Sebrae, já fizemos campanhas nesse sentido, antes mesmo da crise sanitária. Agora as pessoas buscam praticidade e segurança, por isso, o consumidor está comprando mais pelo e-commerce, entregas em domicílio e pegue-e-leve. Dados mostram

que o mercado digital cresceu 40% nos primeiros 12 meses de pandemia, sendo que o setor de comidas e bebidas chegou a 57%”, acrescenta Rebelatto.

De acordo com o analista, os produtores de orgânicos estão atentos às mudanças e se estão se movimentando mais no universo online. “É importante vender na feira, da mesma forma que é essencial possuir a presença digital. As vendas podem ser feitas pelas redes sociais, por plataformas de delivery, por sites próprios, marketplaces e até por serviços de assinatura (quando o consumidor contrata um pacote semanal de frutas e verduras selecionadas

e as recebe em casa). São muitas opções, o importante nesse momento é ter essa visão híbrida de forma de vender”, indica.

CAPACITAÇÕES - O Sebrae desenvolve uma série de iniciativas para auxiliar os micros e pequenos negócios do segmento de produtos de orgânicos a impulsionarem seus resultados. Nas unidades estaduais e regionais, a instituição oferece projetos e atividades de atendimento que auxiliam os produtores disponibilizando consultorias técnicas para adequação às normas e a certificação. Além disso, o Sebrae ainda disponibiliza soluções que ajudam a agregar valor, como desenvolvi-

mento de marca, embalagens, transformação da produção e acesso a mercados por meio de rodadas de negócios, feiras e eventos comerciais.

Os cursos de capacitação online também são um destaque para a atuação dos produtores. Todo o processo de digitalização do negócio pode ser feito pelo próprio empreendedor, através dos cursos ofertados gratuitamente. No momento, são mais de 140 opções, entre elas “Marketing Digital” em vários módulos, “Logística para comércio eletrônico”, “Como vender pela internet na crise do coronavírus”, “Como criar um site para sua empresa”, entre outras.

AUMENTO À VISTA

Etanol sofre nova alta nas usinas

Gabriel Soares

Após duas semanas consecutivas de queda, o preço do etanol voltou a subir nas usinas de Mato Grosso. O biocombustível passou a ser comercializado por R\$ 3.505,35 por metro cúbico (m³), o equivalente a R\$ 3,50 por litro. Os dados foram coletados pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), ligado à Universidade de São Paulo (USP), na última sexta-feira (9).

O reajuste ainda não ‘comeu’ todas as quedas registradas nas duas semanas, mas fica no meio do caminho. Com isso, há possibilidade de que haja um novo aumento nas bombas de combustível, à medida em que os postos renovam seus estoques com o combustível de preço mais elevado.

Atualmente, o litro do etanol é vendido nos postos de Cuiabá por valores entre R\$ 3,69 e R\$ 4,19. Isso quando as distribuidoras ainda estavam comprando o combustível a R\$ 3,44 por litro nas usinas. Na última vez que o etanol chegou aos patamares de preço atuais, o preço na bomba, para o consumidor final, variava entre R\$ 3,85 e R\$ 4,29.

O preço do etanol comercializado pelas usinas já acumula alta de 41,32% no ano. Em janeiro de 2021, o biocombustível era vendido a R\$ 2.479,59 por metro cúbico (cerca de mil litros).

Já para o consumidor a alta foi um pouco menos significativa. Nas bombas, o preço do etanol subiu 22,65% em 2021, saindo de R\$ 3,09 em janeiro para os patamares atuais.

PRESO NA BUROCRACIA

Após ministro se mostrar favorável à autorização, entidades se articulam para pressioná-lo a aceitar lei estadual que pode destravar as obras

Um 'atalho' para a Ferronorte

Edsom Leite/Infra



Regime de autorização pode acelerar a construção da Ferronorte em até dois anos



Da redação

Entidades que apoiam a construção da ferrovia em Mato Grosso se uniram a políticos e empresários para pressionar o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, pela liberação das obras da Ferronorte. Um manifesto está sendo elaborado e já conta com o apoio do prefeito da capital e mais três parlamentares federais. A intenção do grupo é acelerar os trâmites que preveem a extensão da ferrovia Senador Vuolo, a Ferronorte, de Rondonópolis até Lucas do Rio Verde, passando pela capital.

O tempo de espera para o início das obras de ampliação dos trilhos da Ferronorte só será definido quando for fixado qual modelo de exploração será aplicado, ou seja, se por concessão ou autorização.

Ultimamente, o modelo de transferência por autorização é o mais defendido. Inclusive, foram feitos ajustes na Constituição Estadual para permitir esse movimento. Desta forma, há dois caminhos para que destravar o projeto:

por meio de lei federal (a partir do PLS/261-2018) ou pela lei estadual (LC 685/2021). Até o momento, esta última, é o caminho mais rápido para que a ferrovia saia do papel.

“O projeto federal que permite a autorização de ferrovias, sem licitação, é um modelo diferente que merece discussão maior pelo Congresso. O outro caminho é a lei estadual, que nós do Fórum Pró-Ferrovia apoiamos como alternativa exequível”, defende Francisco Vuolo, presidente do Fórum Pró-Logística.

Quem construirá o trecho entre Rondonópolis e Lucas do Rio

Verde será a empresa Rumo Logística, já responsável pela malha ferroviária que parte de São Paulo até a Região Sul de Mato Grosso. Caso a empresa obtenha a autorização, o tempo entre as tratativas necessárias para o projeto e a execução da obra pode durar cerca de dois anos. Caso contrário, se for via concessão, o intervalo de espera pode chegar a quatro anos.

“Hoje temos um modelo de concessão, mas existe o PLS 261 tramitando no Senado, que está demorando. Por isso, o próprio governo pode emitir a medida provisória de autorizar a Rumo a fazer esse tre-

cho e ganhar anos com isso. A empresa, tendo a autorização, tem que fazer a aquisição das terras onde passa a ferrovia, fazer o licenciamento ambiental – tudo de responsabilidade deles. Se isso acontecer, na previsão mais otimista, as obras podem começar daqui a dois anos”, avalia Edeon Vaz, diretor Executivo do Movimento Pró-Logística.

Apesar de ser uma alternativa viável, a publicação de uma medida provisória para permitir a autorização da exploração à Rumo, traz riscos aos negócios. Tendo ela um prazo definido, a falta de validação no legislativo pode fazer o

projeto andar para trás. “São investimentos altos para um caminho que dá insegurança jurídica, que nenhuma empresa estará disposta a correr”, pontua Francisco.

Pegar o caminho mais curto, sem riscos jurídicos e regulamentado, é a aposta do grupo que assinará o manifesto a ser entregue ao Ministério.

“Junto com os senadores Jayme Campos [DEM], Wellington Fagundes [PL], o deputado federal Emanuelzinho [PTB] faremos chegar ao ministro nosso apoio à lei estadual. Temos certeza que a construção dessa agenda terá

muitos apoios e também contamos com o próprio ministro como nosso aliado. Este é um dos caminhos que dá segurança jurídica e é uma alternativa importante para acelerar esse processo”, ressalta Francisco Vuolo.

A entrega de serviços públicos à iniciativa privada, mediante concessão autorizada passou a ser viável após a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 16/2020, que alterou o artigo 131 da constituição estadual. Depois de atualizada, a norma foi regulamentada pela LC 685/2021, sancionada em março deste ano.

NA PANDEMIA

Trabalho manual vira única renda

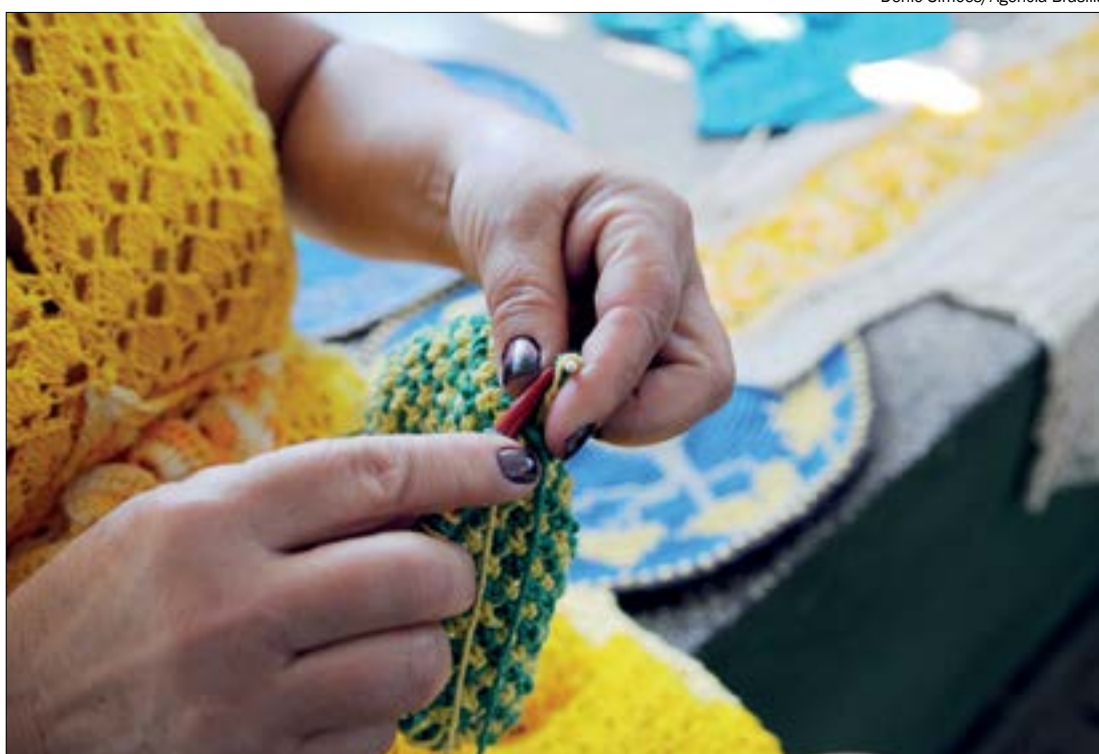
Dênio Simões/Agência Brasília

Da redação

Os trabalhos manuais como crochê, tricô e artesanato com feltro voltaram a ser fontes de renda para os lares brasileiros durante a pandemia. A habilidade, que costumava ser vista como passatempo, tem gerado renda neste período de crise econômica e taxa de desemprego acima de 14%. A conversão de um hábito em ocupação ocorre, especialmente, nos lares de mães que precisaram abrir mão das carreiras para cuidar dos filhos durante o isolamento social ou foram demitidas.

Mãe de três crianças, Cristiane Pintor, 35 anos, resgatou suas habilidades de artesã logo após o início da pandemia de covid-19. Das suas memórias, a intimidade com as agulhas e artesanato começou a ser desenvolvida ainda na infância, com o conhecimento repassado pela mãe, também artesã. Hoje, profissional formada e com experiência de mercado, Cristiane escolheu deixar a carreira para se dedicar à segunda filha, que nasceu com síndrome de Down e, logo depois, a chegada da terceira filha.

“O nascimento da minha segunda filha, que tem síndrome de Down, exigiu um tem-



Após abandonar carreira pelos filhos ou perderem seus empregos durante a pandemia, mulheres se reinventam fazendo o que gostam

po a mais de dedicação a ela, então parei de trabalhar. Quando tive a terceira, que veio de surpresa, então ficou bem mais difícil voltar a me dedicar à profissão. Além disso, logo após seu nascimento veio a pandemia e ainda surgiu a necessidade de passar um tempo junto aos meus pais, para dar assistência ao meu pai, que está com câncer. Eu e as crianças ficamos em isolamento com eles por alguns meses”, relata.

O acúmulo de responsabilidades sobrecarregou Cristiane, a ponto de comprometer sua saúde mental. “O isolamento social nos deixa com

uma forte tendência depressiva. Senti a necessidade de focar a minha mente em alguma outra coisa que não fosse somente a pandemia, ou cuidar das crianças”, relembra.

A saída partiu da sugestão de uma tia, que a avisou sobre um curso sobre artesanato em feltro on-line e também recordou da vontade que as duas tinham de abrir uma loja de decoração de festas.

“Porém, com a pandemia, veio a insegurança de começar algo com alto investimento e, principalmente, em uma área que estava bem fechada devido

a não poder aglomerar. Mesmo assim fiz o curso e me apaixonei. Comecei confeccionando as peças para o aniversário de um aninho da minha terceira filha, onde as pessoas ficaram encantadas, e então surgiu a ideia de trabalhar com isso. Assim consigo estar perto dos meus filhos, em minha casa, e fazendo algo que gosto”, conta Cristiane.

O pequeno negócio com feltro, criado na pandemia, completou um ano. O receio no começo do projeto ocorreu, principalmente, em razão do fechamento de fábricas em todo país, no início da pandemia.

Falta de matéria-prima dificulta o artesanato

Da redação

Começar um negócio de artesanato na pandemia já era arriscado o suficiente, mas houve uma dificuldade adicional causada pelo cenário econômico. Mesmo depois da reabertura, o setor industrial sofreu e ainda tem dificuldades de encontrar insumos para produção. No caso da indústria têxtil, o algodão – principal matéria prima – teve suas áreas de plantação reduzidas e o resultado foi de queda na produção em 2020 e também neste ano. A equação de menos algodão e câmbio em alta valorizou a matéria-prima, favorecendo as exportações.

O problema da falta de matéria-prima chegou ao balcão da loja de armarinho mais antiga de Cuiabá, a Kotinha Aviamentos, inaugurada há 42 anos, por Mirian Bezerra, que na época tinha apenas 22 anos.

“Já sobrevivi a muitas crises, como o plano Collor, governo Sarney e, agora, o ‘plano covid-19’ veio para nos desafiar. A pandemia chegou e mudou um pouco o perfil de consumo dentro da loja. Produtos como linhas, barbantes e agulhas de crochê cresceram muito, junto com tecidos para

confeções de máscaras e pano de prato. Brincamos dentro da loja que tem produtos dormindo num canto e um dia vai acordar, quando voltar a procura”, conta Miriam.

O aumento da procura por produtos fabricados a partir do escasso algodão resultou na falta de materiais, que também ficaram mais caros.

“Eu acho injusto um aumento de um produto que virou fonte de renda de muitas pessoas nesta pandemia ou uma forma de manter um familiar mais idoso em casa. Os fornecedores justificam que falta matéria-prima, mas, mesmo assim, não acho justo. Boa parte do meu público são pessoas humildes, que reservam uma parte de um salário mínimo para melhorar a renda”, lamenta a empresária.

As linhas de barbantes, um dos itens mais procurados na pandemia, sofreram aumento de até 30%. Outros produtos, como fios naturais, estão com estoques reduzidos.

“Muitas cores estão em falta. Faz tempo que fiz o pedido ao fornecedor, mas não chega, ou chega picado. Ele explica que o fio está pronto, mas falta o papelão para montar o produto”, pontua Miriam.